

**A.Life Entertainment Group S.A.**

CNPJ nº 11.513.881/0001-60  
Relatório da Administração

São Paulo, 18 de março de 2026 – Fundada em 2010, a A.Life Entertainment Group S.A. (“Companhia”, “Grupo” ou “Grupo A.Life-Nino”) consolidou-se como uma das principais plataformas de hospitalidade e entretenimento do país ao profissionalizar a operação de bares e restaurantes em um mercado historicamente marcado pela informalidade. Desde sua origem, o Grupo buscou oferecer ao público experiências completas de lazer e gastronomia, combinando gestão estruturada, marcas fortes e excelência operacional. A trajetória gastronômica do Grupo ganhou força em 2015 com a criação do Nino Cucina, primeiro restaurante da Família Nino, que trouxe a essência da cozinha italiana aliada a um serviço acolhedor e à atenção aos detalhes. Ao longo dos anos, novas marcas, culturas e sabores foram incorporados ao portfólio, sempre mantendo como pilares a qualidade da experiência do cliente, a execução consistente dos pratos e o engajamento das equipes, fatores que contribuíram para o reconhecimento do Grupo no mercado e para a conquista de diversas premiações. Em 2025, o Grupo deu mais um passo relevante em sua estratégia de expansão e diversificação com a incorporação da marca Camarada Camarão, ampliando sua presença no segmento de restaurantes e fortalecendo sua atuação nacional com um conceito consolidado e reconhecido pelo público. Esse movimento reforça a estratégia da Companhia de desenvolver uma plataforma multimarcas, capaz de combinar crescimento orgânico e aquisições estratégicas, sempre com foco em eficiência operacional, geração de valor e na entrega de experiências memoráveis aos clientes. O Grupo A.Life-Nino divulga os resultados do exercício de 2025. As comparações são com o exercício de 2024, exceto quando indicado. As informações são expressas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma, e extraídas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como normas e requerimentos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

**Destaque do exercício de 2025**

<b>Receita Líquida</b> R\$715,7 mi	<b>Dívida líquida/EBITDA<sup>1</sup> (LTM)</b> (alavancagem) <b>1,3x</b> em 31 de dezembro de 2025	<b>CAPEX</b> R\$ 33,2 mi
<b>EBITDA</b> R\$62,5 mi EBITDA ajustado pelo CPC 06, despesa não recorrentes e pré-operacionais R\$19,6 mi	<b>Dívida líquida ajustada (ex arrendamentos financeiros)</b> R\$55,5 mi em 31 de dezembro de 2025	<b>Número de operações</b> 99 +41% vs 2024

1 Exclui passivos de arrendamento (CPC06/IFRS16). 2 Para fins de cálculo de alavancagem utilizamos o EBITDA LTM, ou seja, o EBITDA considerado para o cálculo é com 12 meses de operação SDM. **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:** É com grande satisfação que a Administração da A.Life Entertainment Group S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) apresenta os resultados consolidados do exercício de 2025. Ao longo do ano, seguimos avançando na execução do nosso planejamento estratégico, focado na expansão da plataforma multimarcas, na disciplina operacional e na construção de marcas fortes e relevantes no setor de hospitalidade e entretenimento. Nosso compromisso permanece na entrega de experiências completas aos clientes, combinando excelência gastronômica, entretenimento e gestão profissionalizada. A ano de 2025 representou um marco importante na trajetória de crescimento da Companhia. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 715,7 milhões, refletindo principalmente a expansão do número de operações, a maturação de unidades inauguradas nos últimos anos e a consolidação de aquisições estratégicas realizadas pelo Grupo. Entre os principais movimentos do período, destacamos a incorporação da SDM Participações, detentora das marcas Camarada Camarão e Camarão & Cia., que ampliou significativamente a presença do Grupo no segmento de restaurantes e reforçou nossa estratégia de expansão nacional. Ao final do exercício, o Grupo alcançou 99 operações, ampliando sua presença em diferentes regiões do país e reforçando seu posicionamento como uma das principais plataformas de hospitalidade do Brasil. Durante o período, demos continuidade à estratégia de crescimento por meio da combinação de expansão orgânica e aquisições, fortalecendo o portfólio de marcas e integrando novas plataformas operacionais. Esse movimento foi acompanhado de uma revisão contínua do portfólio, com ajustes em operações com menor aderência à estratégia e à rentabilidade esperada. O Grupo registrou EBITDA de R\$ 62,5 milhões no exercício, refletindo a maior escala das operações e a consolidação de novos negócios ao longo do período. O EBITDA ajustado, que exclui efeitos contábeis do CPC 06 (IFRS 16), despesa não recorrentes e despesas pré-operacionais, totalizou R\$ 19,6 milhões. Em linha com a estratégia de crescimento, realizamos investimentos (CAPEX) de R\$ 33,2 milhões ao longo do exercício, destinados principalmente à abertura de novas unidades e melhorias em operações existentes. Encerramos o período com dívida líquida ajustada de R\$ 55,5 milhões e índice de alavancagem de 1,3x dívida líquida/EBITDA ao final de 2025, mantendo disciplina financeira e flexibilidade para sustentar o crescimento da Companhia. A expansão da Companhia nos últimos anos, aliada à incorporação de novas marcas e ao fortalecimento da plataforma operacional, posiciona o Grupo para um novo ciclo de crescimento. Seguiremos focados na captura de sinergias, na evolução das margens e na expansão seletiva das marcas com maior potencial de escala, sempre com disciplina financeira e foco na criação de valor de longo prazo.

**PRINCIPAIS INDICADORES (em R\$ mil, exceto o nº de operações):**

	2025	Reapresentado	2024	Var em %
			(25 vs 24)	
Número de operações	99	70		+41,4%
Investimentos em CAPEX	33.204	63.910		-48,0%
EBITDA3 4	62.485	45.673		36,8%
Margem EBITDA3	8,7%	9,8%		-1,1 p.p.
EBITDA ajustado3 5	19.607	30.582		-35,9%
Margem EBITDA ajustado 3	2,7%	6,6%		-3,9 p.p.
ROE (lucro líquido/PL) 3	-23,7%	-21,7%		-2,0 p.p.
ROIC (NOPAT/PL-dívida líquida) 3	-7,9%	-2,9%		-5,0 p.p.
ROIC ajustado (NOPAT/PL-dívida líquida ex passivo de arrendamento) 3	-10,8%	-0,5%		-10,3 p.p.
Alavancagem (dívida líquida ajustada ou caixa líquido/PL) 3	0,11	0,18		-37,3%

3 Medidas não contábeis (não auditadas). NOPAT é igual EBIT (lucro operacional antes do resultado financeiro) x (1 - taxa efetiva do IRPJ e CSLL).  
4 EBITDA é igual ao lucro líquido ajustado pelos efeitos do resultado financeiro, IRPJ e CSLL, depreciação e amortização. 5 EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA (-) efeitos do CPC 06, despesas pré-operacionais, despesas não recorrentes, baixa/impairment de pontos comerciais.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO E BALANÇO PATRIMONIAL: Demonstração de Resultado Consolidado em R\$ mil:**

	2025	Reapresentado	2024	Var em %
			(25 vs 24)	
Receita líquida	715.658	466.531		53,4%
Custo da mercadoria vendida	(229.732)	(141.928)		46,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>485.926</b>	<b>324.603</b>		<b>36,8%</b>
Receitas/despesas operacionais				
Comerciais	(258.705)	(154.334)		39,8%
Gerais e administrativas	(263.838)	(179.014)		32,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.614	2.363		139,3%
<b>Lucro ou prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(31.004)</b>	<b>(6.382)</b>		<b>36,8%</b>
Resultado financeiro	(41.861)	(25.018)		39,8%
Receitas financeiras	9.200	7.583		21,2%
Despesas financeiras	(51.781)	(32.601)		37,3%
<b>Lucro ou prejuízo antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(72.865)</b>	<b>(31.400)</b>		<b>36,8%</b>
IRPJ e CSLL				
IRPJ e CSLL - correntes	(818)	(403)		50,6%
IRPJ e CSLL - diferido		377		-100,0%
<b>Lucro ou prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(73.684)</b>	<b>(31.426)</b>		<b>36,8%</b>
Participação de minoritários	(1.834)	157		-12,8%
<b>Lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas</b>	<b>(71.850)</b>	<b>(31.583)</b>		<b>36,8%</b>
Margem líquida3	-10,3%	-6,7%		-3,6 p.p.
Margem líquida (sem minoritários)3	-10,0%	-6,8%		-3,2 p.p.

**Balanço Patrimonial Consolidado em R\$ mil:**

	2025	Reapresentado	2024	Var em %
			(25 vs 24)	
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	65.920	10.844		505,8%
Contas a receber	29.916	20.494		45,9%
Estoques	21.961	13.434		63,5%
Tributos a recuperar	9.700	2.157		349,8%
Outros ativos	6.095	2.524		141,4%

	2025	Reapresentado	2024	Var em %
			(25 vs 24)	
<b>Ativos</b>				
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>133.592</b>	<b>49.453</b>		<b>269,4%</b>
Depósitos judiciais	3.004	747		301,2%
Tributos a recuperar	28.265	-		100,0%
Transações com partes relacionadas	4.581	4.851		-6,0%
Investimentos	40	40		0,0%
Imobilizado	251.824	164.787		52,8%
Ativo de direito de uso	175.632	145.353		20,8%
Intangível	293.455	94.004		209,1%
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>756.801</b>	<b>409.782</b>		<b>84,7%</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>890.393</b>	<b>459.236</b>		<b>93,7%</b>
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>				
Empréstimos e financiamentos	26.445	31.141		-15,4%
Fornecedores	41.214	21.505		89,3%
Salários e encargos sociais a pagar	63.235	29.674		115,3%
Obrigações tributárias	25.681	8.016		221,6%
Dividendos a pagar	1.132	3.957		-74,6%
Passivo de arrendamento	27.307	45.083		-39,1%
Outros passivos	27.679	7.918		247,1%
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>212.693</b>	<b>147.294</b>		<b>43,9%</b>
Empréstimos e financiamentos	79.115	42.883		84,2%
Obrigações tributárias	10.901	1.890		576,8%
Passivo de arrendamento	148.891	110.761		34,4%
Outros passivos	15.715	-		100,0%
Tributos sobre o lucro diferidos	39.309	5.960		651,3%
Provisões para demandas judiciais	4.747	5.320		-11,1%
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>298.678</b>	<b>166.814</b>		<b>77,1%</b>
Capital social	157.855	126.231		24,6%
Ações em tesouraria	(49)	(49)		0,0%
Reserva de capital	239.048	32.101		682,4%
Reserva de lucros	(85.548)	(13.699)		534,1%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>379.024</b>	<b>145.128</b>		<b>161,3%</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>890.393</b>	<b>459.236</b>		<b>93,7%</b>

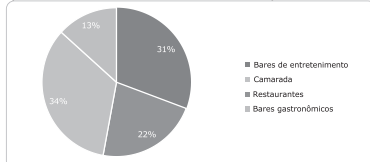
**DESEMPENHO OPERACIONAL: Expansão dos bares e restaurantes – número de operações:** O ano de 2025 foi marcado para o Grupo como um período de consolidação e expansão das operações, refletindo a integração de aquisições recentes e a continuidade do plano de crescimento da Companhia. Ao longo do exercício, avançamos na integração das novas marcas ao portfólio, ampliando a escala e a presença geográfica do Grupo. Adicionalmente, mantivemos uma gestão ativa do portfólio de operações, com a abertura de novas unidades e o encerramento pontual de operações com menor aderência à estratégia e à rentabilidade esperada. Abaixo a movimentação de aberturas e fechamentos de unidades durante o ano de 2025.

	2024	Combi-nação	+ Lojas	- Lojas	2025	Var em qtd	Var em %
						(25 vs 24)	(25 vs 24)
Bares de entretenimento	32			-2	30	-2	-6,3%
Restaurantes	22			-1	21	-1	-4,5%
Camarada Camarão	-	38			38	38	100,0%
Bares gastronômicos	16			-6	10	-6	-37,5%
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>38</b>		<b>-9</b>	<b>99</b>	<b>29</b>	<b>41,4%</b>

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Receita líquida:** A receita líquida de 2025 totalizou R\$ 715,657 milhões, um aumento de 53,4% em relação a 2024 impulsionado principalmente pela aquisição do grupo Camarada Camarão e pela grande expansão e maturação das unidades abertas durante o ano de 2024:

	2025	2024	Var em R\$	Var em %
			(25 vs 24)	(25 vs 24)
Bares de entretenimento	219.939	239.354	(19.415)	-8,1%
Restaurantes	158.611	163.592	(4.981)	-3,0%
Camarada Camarão	242.100	242.100	0,0%	100,0%
Bares gastronômicos	95.007	63.586	31.421	49,4%
<b>Total</b>	<b>715.657</b>	<b>466.532</b>	<b>249.125</b>	<b>53,4%</b>

No gráfico abaixo é possível verificar o breakdown da receita para 2025:



**EBITDA e Margem EBITDA:** O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo CSLL sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O EBITDA consiste no lucro líquido ou no prejuízo da Companhia, conforme aplicável, acrescido do resultado financeiro líquido, do IRPJ e da CSLL, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou como alternativa ao lucro líquido, ou como indicador de desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa, como medida de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Uma vez que EBITDA e a Margem EBITDA são medidas não contábeis e, portanto, não possuem um significado padrão, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades. O EBITDA de 2025 aumentou R\$ 16,8 milhões, 36,8% em relação a 2024 principalmente em função do processo de maturação das novas aberturas e a aquisição do Camarada Camarão, onde a administração vem implantando ações de eficiência e sinergia. A seguir demonstramos a conciliação do EBITDA:

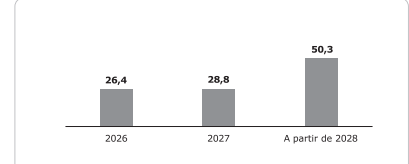
	2025	Reapresentado	2024	Var em R\$	Var em %
			(25 vs 24)	(25 vs 24)	
Lucro líquido ou Prejuízo do período	(73.684)	(31.426)	(42.258)	134,5%	
(+) Resultado Financeiro	41.862	25.018	16.844	67,3%	
(+) Depreciação e amortização	93.490	52.055	41.435	79,6%	
(+) IRPJ e CSLL	818	26	792	304,6%	
<b>EBITDA</b>	<b>62.485</b>	<b>45.673</b>	<b>16.812</b>	<b>36,8%</b>	
Receita líquida	715.657	466.532	249.125	53,4%	
Margem EBITDA	8,7%	9,8%		-1,1 p.p.	
EBITDA ajustado: Desde janeiro de 2019, por uma alteração no CPC 06, os arrendamentos (aluguéis) da Companhia passaram a ser tratados como ativo fixo e passivo de arrendamento, e por isso, são apropriados no resultado como depreciação e como juros, impactando o EBITDA da Companhia.					
	2025	2024	Var em R\$	Var em %	
			(25 vs 24)	(25 vs 24)	
EBITDA	62.485	45.673	16.812	36,8%	
(+) Efeito entre o aluguel pago das unidades operacionais e apropriado pelo CPC 06	-	5.315	(5.315)	-100,0%	
(+) Despesas pré-operacionais ocorridas antes das aberturas das operações	5.281	16.738	(11.457)	-68,4%	
(+) Impairment de ativo intangível e baixas	-	994	(994)	-100,0%	
(+) Despesas não recorrentes	1.485	-	1.485	100,0%	
(-) Juros – passivo de arrendamento	(18.321)	(16.826)	(1.495)	-8,9%	
(-) Amortização – ativo de direito de uso	(31.323)	(21.312)	(10.011)	-47,0%	
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>19.607</b>	<b>30.582</b>	<b>-10.975</b>	<b>-35,9%</b>	
Receita líquida	715.657	466.532	249.125	53,4%	
<b>MARGEM EBITDA AJUSTADO</b>	<b>2,7%</b>	<b>6,6%</b>		<b>-3,9 p.p.</b>	

**Estrutura financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em caixa e equivalentes de caixa é de R\$65,9 milhões. Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou uma reorganização de sua estrutura de endividamento. Parte relevante dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2024 foi liquidada ao longo do período, incluindo financiamento anteriormente mantido junto ao Itaú, cuja quitação ocorreu com recursos provenientes da nova captação realizada em abril de 2025 no montante de R\$ 74,0 milhões. Adicionalmente, o empréstimo anteriormente contratado

junto ao BTG Pactual foi integralmente liquidado durante o exercício, com a última parcela paga em novembro de 2025. Dessa forma, ao final do exercício, a estrutura de endividamento da Companhia passou a ser composta principalmente pelas captações realizadas em abril de 2025: (i) empréstimo no montante de R\$ 74,0 milhões, com taxa de juros correspondente à CDI acrescida de spread de 5,00% a.a., pagamento de juros mensais e amortização de principal e juros a partir de 15 de dezembro de 2025, com custos de transação de R\$ 4,0 milhões; e (ii) empréstimo no montante de R\$ 35,0 milhões, com pagamentos de juros mensais, à taxa de 2,04% a.a. acrescida da variação de 100% do CDI. Essas operações representam atualmente as principais fontes de financiamento da Companhia. Os passivos de arrendamento totalizaram R\$ 176,2 milhões. Desde a implementação do CPC 06, a Companhia registra a valor justo o passivo a pagar com os locatários. A tabela a seguir mostra a estrutura de capital, alavancagem e o valor do contas a receber de cartão de crédito em 31 de dezembro de 2025:

	2025	Reapresentado	2024	Var em %
			(25 vs 24)	
<b>Dívida bruta</b>	<b>299,9</b>	<b>105,6</b>		<b>183,3%</b>
Empréstimos e financiamentos	105,6	105,6		0,0%
Passivo de arrendamento	176,2	176,2		0,0%
Parcelamentos a pagar	1,1	1,1		0,0%
Parcelamentos tributários	14,7	14,7		0,0%
Caixa e equivalentes de caixa	(65,9)	(65,9)		0,0%
<b>Dívida líquida</b>	<b>231,7</b>	<b>129,7</b>		<b>80,2%</b>
(-) Passivo de arrendamento	(176,2)	(176,2)		0,0%
<b>Dívida líquida ajustada (ex passivo de arrendamento)</b>	<b>55,5</b>	<b>55,5</b>		<b>0,0%</b>
Patrimônio Líquido	353,5	353,5		0,0%
<b>Dívida líquida/PL</b>	<b>0,66</b>	<b>0,36</b>		<b>81,1%</b>
<b>Dívida líquida ajustada (ex passivo de arrendamento)/PL</b>	<b>0,2</b>	<b>0,16</b>		<b>25,0%</b>
<b>Contas a receber em 31/12/2025</b>	<b>31,1</b>	<b>20,4</b>		<b>52,0%</b>

**Dívida Líquida:** Refere-se a Dívida Bruta, que é a soma de Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, dividendos a pagar e parcelamentos tributários, menos o caixa e equivalente de caixa. Dívida Líquida Ajustada: Refere-se a Dívida Líquida excluindo o passivo de arrendamento. Abaixo é possível observar o fluxo de amortização dos empréstimos e financiamentos:



**Investimentos em CAPEX:** Em 2025 o Grupo investiu em seus ativos imobilizados e intangíveis (fundo de comércio) R\$ 33,2 milhões, -48,0% vs 2024, dividido nestes segmentos:

	2025	2024	Var em R\$	Var em
--	------	------	------------	--------



A.Life Entertainment Group S.A				Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas				
				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)				
				Controladora		Consolidado		
				Reapresentado		Reapresentado		
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>								
<b>Prejuízo do exercício</b>				(i)	(71.850)	(31.583)	(73.684)	(31.426)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido gerado</b>								
<b>Pelas atividades operacionais</b>								
Depreciação do ativo imobilizado				434	325	43.033	26.362	
Amortização do ativo de direito				298	665	31.323	21.312	
Amortização ativo intangível				(i)	-	4.862	4.381	
Impairment do ativo intangível				-	-	-	508	
Baixa de ativo imobilizado e intangível				9	-	14.272	487	
Provisões para contingências				(1.421)	(227)	(8.434)	3.009	
Juros sobre empréstimos				15.811	12.757	19.500	13.004	
Resultado—"swap" de taxa de juros				1.747	(7.093)	1.747	(7.160)	
Juros sobre o passivo de arrendamento (ativo de direito de uso)				(389)	432	18.321	16.826	
Efeito líquido da baixa de contratos de arrendamento mercantil				-	-	324	(1.926)	
Equivalência patrimonial				62.845	(2.497)	-	-	
<b>Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b>								
Contas a receber				-	61	23.529	8.969	
Estoques				-	-	4.211	735	
Tributos a recuperar				(166)	963	(4.475)	85	
Outros ativos				(918)	74	7.380	1.279	
Depósitos judiciais				(126)	-	(1.773)	64	
Fornecedores				(698)	445	4.981	3.448	
Salários e encargos sociais a pagar				1.047	(1.586)	12.146	6.395	
IRPJ e CSLL				-	-	33.349	(1.835)	
Obrigações tributárias				25	22	(34.301)	(3.910)	
Outros passivos				1.628	(4)	(31.121)	(4.687)	
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>				<b>8.276</b>	<b>(27.246)</b>	<b>65.190</b>	<b>55.920</b>	
Juros pagos sobre passivo de arrendamento ("direito de uso")				389	(432)	(18.321)	(16.826)	
Juros pagos sobre empréstimos				(18.360)	(738)	(21.579)	(765)	
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>				<b>(9.695)</b>	<b>(28.416)</b>	<b>25.291</b>	<b>38.329</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>								
Partes relacionadas				(2.176)	(24.764)	1.710	(3.203)	
Aquisições de subsidiárias líquidas dos caixas adquiridos				(201.639)	(9.269)	(137.773)	(9.898)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível				(734)	(855)	(33.204)	(62.721)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>				<b>(204.549)</b>	<b>(34.888)</b>	<b>(169.267)</b>	<b>(75.822)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>								
Dividendos distribuídos				(3.484)	-	(3.484)	-	
(Aumento) redução de capital				238.572	-	238.572	-	
Captação de empréstimos e financiamentos				70.000	62.901	70.000	62.901	
Amortização de empréstimos e financiamentos				(73.043)	(3.664)	(76.613)	(5.675)	
Movimentos de não controladores				-	-	1.834	-	
Pagamento do passivo de arrendamento				(897)	(630)	(31.257)	(15.997)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>				<b>231.148</b>	<b>58.607</b>	<b>199.053</b>	<b>41.229</b>	
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>16.904</b>	<b>(4.697)</b>	<b>55.076</b>	<b>3.736</b>	
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>								
No início do exercício				73	4.770	10.844	7.109	
No final do exercício				16.977	73	65.920	10.844	
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>16.904</b>	<b>(4.697)</b>	<b>55.076</b>	<b>3.736</b>	
(i) Reapresentado o saldo referente ao exercício findo em 31/12/2024 devido a mudança de política do Grupo quanto a amortização do fundo de comércio a partir do exercício de 2025 - NE 4.1. As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.								

3. Relação de entidades controladas: Segue a lista das controladas do Grupo:			
2025		2024	
Percentual	Tipo de controle	Percentual	Tipo de controle
<b>Tatu Bola SP Restaurantes Ltda. (antiga TBSB Restaurante Ltda.)</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
Boa Praça Paulista	100%	Filial	100%
ETEVO Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
ETE Paulista Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
ETEI Restaurante e Lanchonete Ltda.	100%	Filial	100%
TBVO Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
TBJ Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
TBB Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
TBT Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
Tatu Bola Itaim	100%	Filial	100%
TBCC Produção de Alimentos Ltda.	100%	Filial	100%
Tatuzinho Pompéia	100%	Filial	100%
Tatu Bola Zona Norte	100%	Filial	100%
<b>TBRP Restaurante Ltda.</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
TCAMP Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
TBG Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
TBS Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
TBREC Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
Tatu Bola Belo Horizonte	100%	Filial	100%
TBF Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
Tatu Bola Campo Grande	100%	Filial	100%
Tatu Bola Salvador	100%	Filial	100%
Tatu Bola Cuiabá	100%	Filial	100%
Tatu Bola Pampulha	100%	Filial	100%
Tatu Bola Uberlândia	100%	Filial	100%
<b>BPRJ Restaurante Ltda.</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
Boa Praça Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
BP Morumbi Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
Boa Praça Itaim	100%	Filial	100%
<b>BPIPA Restaurante Ltda</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
BP Barra Restaurante Ltda.	93%	Filial	93%
Porto Luna RJ	100%	Filial	100%
Boa Praça Brasília	100%	Filial	100%
Boa Praça Ipanema	100%	Filial	100%
Boa Praça Niterói	100%	Filial	100%
Boa Praça Curitiba	100%	Filial	100%
<b>Toca do Tatu Com. de Alimentação e Ass. a Diversões e Eventos Ltda.</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91,28%</b> Controlada direta (matriz)
<b>Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.</b>	<b>91,50%</b> Controlada direta (matriz)	<b>91,50%</b> Controlada direta (matriz)	<b>91,50%</b> Controlada direta (matriz)
<b>Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda. (antiga Giuletta Fogo &amp; Vno Alim. e Belidas Ltda.)</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
Buca Serviços de Alimentação Ltda.	100%	Filial	100%
NCN Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%
Forno da Pino Com. de Alim. e Bebidas Ltda.	100%	Filial	100%
Vito Burger Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda.	100%	Filial	100%
Buco Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda.	100%	Filial	100%
Casa Tua Vila Olímpia	100%	Filial	100%
Casa Tua Perdizes	100%	Filial	100%
2025		2024	
Percentual	Tipo de controle	Percentual	Tipo de controle
Ninnetto Rio Desing	100%	Filial	100%
Ninnetto Nonna	100%	Filial	100%
Nino Belo Horizonte	100%	Filial	100%
Nino Giardino	100%	Filial	100%
Nino Barigui	100%	Filial	100%
Ninnetto Recife	100%	Filial	100%
Ninnetto Eldorado	100%	Filial	100%
Ninnetto Campinas	100%	Filial	100%
Ninnetto Fortaleza	100%	Filial	100%
Ninnetto Uberlândia	100%	Filial	100%
Ninnetto Belo Horizonte	100%	Filial	100%
Da Marino Morumbi	100%	Filial	100%
Da Marino Brasília	-	-	100%
<b>Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda.</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
Nino Ipanema	100%	Filial	100%
Da Marino Ipanema	100%	Filial	100%
Taberna Rainha Itaim	-	-	100%
Galeto Rainha Barra (i)	100%	Filial	100%
Irajá Redux Campinas	100%	Filial	100%
Princesa Barra (i)	100%	Filial	100%
Taberna Rainha Leblon (i)	100%	Filial	100%
Princesa Leblon (i)	100%	Filial	100%
Galeto Rainha Leblon (i)	100%	Filial	100%
Irajá Redux Rio Sul (i)	100%	Filial	100%
Bastarda Delivery (i)	100%	Filial	100%
Rainha Flamboyant	100%	Filial	100%
Rainha Paulista	100%	Filial	100%
Princesa Itaim	-	-	100%
Irajá CC (i)	100%	Filial	100%
Rainha São Paulo (i)	100%	Filial	100%
Boteco Rainha Campinas	-	-	100%
Galeto Rainha Itaim	100%	Filial	100%
Nino Brasília	100%	Filial	100%
Nino Goiânia	100%	Filial	100%
<b>SDM Nordeste Participações Societárias</b>	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)	<b>100%</b> Controlada direta (matriz)
Camarada Administração de Restaurantes S.A	100%	Filial	100%
Camarada em Restaurante Ltda	100%	Filial	100%
Camarada RM Aracaju Restaurante Ltda	100%	Filial	100%
Drumatts Brasil Administração de Restaurantes Ltda	100%	Filial	100%
Drumatts Franchising Ltda	100%	Filial	100%
<b>TJA Beverage Company Ltda.</b>	<b>33,33%</b> Coligada	<b>33,33%</b> Coligada	<b>33,33%</b> Coligada

(i) Empresas incorporadas pela Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda., vide Nota Explicativa nº 2.1.4. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) Declaração de conformidade: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou "IFRS", emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração apreciou e aprovou as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, bem como autorizou a sua emissão em 18 de março de 2026, considerando todos os aspectos relevantes relacionados aos eventos subsequentes ocorridos até esta data. (ii) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. (iii) Uso de estimativas e julgamentos críticos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 13 - Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação e taxa de desconto; • Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 12 - Valor recuperável do imobilizado: Avaliação da vida útil dos ativos imobilizados; • Nota Explicativa nº 14 - Valor recuperável do intangível: principais premissas sobre resultados futuros e a recuperabilidade desse ativo; • Nota Explicativa nº 24 - Provisões para demandas judiciais: julgamento dos assessores jurídicos sobre as classificações das causas como prováveis ou possíveis de perda. (iv) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por ativos e passivos oriundos de combinações de negócios. 4.1. Reapresentação de valores referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, e ao balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2024: A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia

continuação

**A.Life Entertainment Group S.A**

mentada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. **Participação de acionistas não-controlados:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo não reconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR – valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: (I) Ativos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (iii) Custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição no caso de investimentos que não sejam mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **(II) Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias. **(III) Reconhecimento e desreconhecimento:** O IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, determina que o Grupo deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento. A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e / ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação. A entidade deve não reconhecer o ativo financeiro quando e somente quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou • Transferir o ativo financeiro se a entidade não tiver seu controle. A entidade deve desreconhecer o passivo financeiro quando e somente quando: • For extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. **Impairment:** O Grupo avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia do impairment adotada depende da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber de clientes o Grupo adotou a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9 e, portanto, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil desde o reconhecimento inicial do crédito, sendo que o saldo relevante de contas a receber trata-se de vendas realizadas com cartões de crédito em que não há perdas esperadas relevantes. **(IV) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo a liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(V) Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial:** Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como “despesas financeiras” na demonstração do resultado. São incluídos como ativo circulante, exceto para prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. **(VI) Valor justo de ativos financeiros:** Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável. **(VII) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos são registradas na demonstração do resultado. A parcela correspondente a atividades de hedge é classificada em conjunto com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial de empréstimos (CCB). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos em moeda estrangeira é reconhecido na demonstração do resultado como “Despesas financeiras”, em conjunto com os encargos apropriados dos financiamentos protegidos por hedge. **(d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos, se aplicável, da Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(e) Estoques:** Os estoques são compostos por matérias-primas e produtos destinados à produção ou revenda de itens comercializados em restaurantes e bares. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazer-los às suas localizações e condições existentes. Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registrados ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, os acordos comerciais são baseados em volume de compra, exclusividade de marcas, entre outros. **(f) Investimentos:** Os investimentos em controladas são apresentados nas demonstrações financeiras individuais, e reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. **(g) Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas são o acionista controlador, qualquer acionista não controlador que detenha mais de 5% das ações da Companhia, as empresas coligadas, qualquer diretor executivo da Companhia e os familiares imediatos de quaisquer partes relacionadas identificadas. As transações com partes relacionadas referem-se a aportes e/ou restituições de capital na Companhia e em suas controladas. Essas transações são realizadas em condições normais de mercado e não envolvem qualquer risco incomum de recebimento. **(h) Ativos intangíveis - fundo de comércio:** Trata-se de uma verba paga pela Companhia aos locadores em seus contratos iniciais de locação com vigências iguais ou superiores a 60 meses, para garantir o direito à renovação automática das locações por tempo indeterminado. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia revisou o adotou nova política contábil aplicável às luas pagas pela obtenção de pontos comerciais, anteriormente classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida. Após reavaliação técnica, concluiu-se que tais valores possuem vida útil definida, uma vez que os benefícios econômicos estão diretamente relacionados ao prazo contratual de locação dos respectivos imóveis. A amortização é registrada de forma linear ao longo do prazo contratual de aluguel ou do período estimado de benefício econômico, prevalecendo o menor A alteração foi aplicada retrospectivamente, com representação das informações comparativas e ajuste no patrimônio líquido de abertura, nos termos do CPC 23 e em conformidade com os critérios de definição de vida útil previstos no CPC 04. Os métodos de amortização, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment sobre ativo não financeiro:** Os ativos que têm vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A redução no valor recuperável do fundo de comércio é revisada anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o fundo de comércio pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGCs)). As unidades geradoras de caixas definidas pelo Grupo são cada estabelecimento comercial, seja bar ou restaurante. Para 31 de dezembro de 2025 e 2024, o teste de impairment foi realizado através de pesquisa para entendimento do valor imobiliário. **(f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Bens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquida de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes significativas do item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, o Grupo reconhece como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são mensurados pela comparação entre o valor líquido obtido da alienação com o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão

disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment sobre ativo não financeiro:** Os ativos imobilizados são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o valor em uso. **(j) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(k) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação (quando relevantes). Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), bem como a variação monetária. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia ou suas controladas tem uma obrigação construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e que não são de arrendamento como um único componente de arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento mercantil ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes ou antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o site em que está localizado, menos quaisquer incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para o Grupo até o final do prazo do arrendamento ou do custo do ativo de direito de uso reflete que o Grupo exercerá uma opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinado na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento mercantil é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental de empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e faz ajustes para refletir os termos do arrendamento e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; • Pagamentos de arrendamento variável que dependem de um índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início; • Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; • O preço de exercício em uma opção de compra razoavelmente certa para o Grupo exercer, pagamentos de arrendamento em um período opcional de renovação se o Grupo tiver razoavelmente certeza de exercer uma opção de extensão e multas por rescisão antecipada de um arrendamento, a menos que o Grupo esteja razoavelmente certa de que não para terminar mais cedo. O passivo de arrendamento mercantil é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. São mensurados quando há uma mudança no fluxo de pagamentos futuros de arrendamento mercantil decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Grupo do valor que se espera pagar sob uma garantia de valor residual, se o Grupo mudar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado de arrendamento fixo em substância. Quando o passivo de arrendamento são mensurados dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero. No momento da assinatura do contrato de arrendamento, a depreciação do ativo de direito de uso e despesas com juros dos passivos de arrendamentos, começam a ser reconhecidos no resultado do exercício da companhia a partir do momento que os bares e restaurantes estão em funcionamento, ou seja, após a conclusão das benfeitorias necessárias para padronização das instalações para pleno atendimento da operação do Grupo A.Life. Arrendamentos de curto prazo e baixo valor: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de maneira linear pelo prazo do arrendamento. **(n) IRPJ e CSLL: IRPJ e CSLL correntes:** A Companhia e suas controladas calculam e reconhecem o IRPJ e a CSLL com base no regime de lucro real, reconhecendo os impostos com base no lucro tributável, de acordo com a legislação tributária brasileira. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovado o benefício fiscal do PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aplicável a operação das controladas da Companhia, que reduziu para zero a alíquota de IRPJ (IRPJ) e CSLL (CSLL). A partir de 1º de janeiro de 2025 tivemos o fim do benefício PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) para de IRPJ (IRPJ) e CSLL (CSLL) e adotamos a apuração pelo Lucro Real Trimestral. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Os impostos diferidos ativos, caso aplicável, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **(o) Capital:** As ações e quotas do Grupo são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **(p) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de maneira confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Assim, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos foram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A principal fonte de receitas do Grupo é advinda da venda de alimentos, bebidas e serviços em bares e restaurantes e são consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento do pagamento da compra pelo cliente, quando a mercadoria está entregue, aceita pelo cliente, e os riscos e benefícios relacionados à mercadoria foram transferidos. Sendo os recebimentos, em sua maioria, por meio de dinheiro, cartões débito/crédito e voucher. **(q) Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações em fundos de investimentos em cotas e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **(r) Benefícios a empregados: Plano de benefícios:** O Grupo fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de assistência médica, vale-refeição, vale-transporte, e participação nos lucros e resultados. O Grupo não possui benefícios pós-emprego. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Pagamento baseado em ações:** A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para seus colaboradores que pode ser liquidável em caixa. O valor justo do montante a pagar aos colaboradores com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesas correspondente aumento de passivo durante o período em que estes colaboradores adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. As condições para que os colaboradores tenham o direito incondicional de receber caixa não estavam atendidas até 31 de dezembro de 2025. **(s) Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista, tampouco obrigatória, conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o

Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. **4.3. Novas normas alterações e interpretações: Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026: **a) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletronicidade dependente da natureza – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **b) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11** – Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** – a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações – permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Para as normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 2026. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa fixo	1	1	565	214
Bancos conta movimento	1.063	61	16.287	10.452
Aplicações financeiras (i)	15.913	11	49.068	178
	<b>16.977</b>	<b>73</b>	<b>65.920</b>	<b>10.844</b>

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de aplicações em fundos de investimentos que investem em títulos públicos e privados e depósitos a prazo de instituições financeiras. O saldo é remunerado à taxa média de 98,1% em variação do Certificado de Depósito e possui liquidez imediata (2024: 96,1%). **6. Contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Com cartão de crédito e débito (i)	–	–	28.361	19.292
Royalties a receber	–	–	864	–
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	–	–	–	(153)
Outras contas a receber	25	25	844	1.202
	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>29.916</b>	<b>20.494</b>

(i) Os valores a receber de operadoras de cartões de crédito nas vendas nos restaurantes e plataformas de marketplaces, cujo prazo médio de recebimento varia de 01 a 30 dias. **Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD:** Para o contas a receber de cartão de crédito, a Companhia não identificou a necessidade de constituir uma provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, pois não há qualquer perspectiva ou histórico de perda esperada nos recebíveis dos meios de pagamento. Porém, para os royalties a receber foi constituída uma provisão para perdas com liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 um montante de R\$ (153) estimada com base no risco de perda e com base na experiência histórica de perdas de crédito de cada uma das controladas, observadas em cada grupo do *aging list* de contas a receber. **7. Estoques:**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Alimentos	511.901	5.166
Bebidas	10.060	8.268
	<b>21.961</b>	<b>13.434</b>

**Provisão para perdas nos estoques:** A Administração da Companhia tem como política, a execução de inventário físico da totalidade dos estoques, mensalmente. Durante a execução do procedimento, são identificados, quantificados e separados os itens considerados não conformes para comercialização, itens estes que são registrados como custo das mercadorias vendidas todos os meses quando ocorrem os inventários não foi identificada a necessidade da constituição de uma provisão para perdas nos estoques em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **8. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar	881	715	1.553	1.109
PIS a recuperar (i)	12	12	3.019	12
COFINS a recuperar (i)	19	19	10.779	19
ICMS a recuperar	–	–	22.527	928
INSS a recuperar	–	–	3	3
Outros tributos e contribuições a recuperar	–	–	84	86
	<b>912</b>	<b>746</b>	<b>37.965</b>	<b>2.157</b>
Circulante	912	746	9.700	2.157
Não circulante	–	–	28.265	–

(i) Em 18 de março de 2022 foi aprovado o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reduziu a alíquota de PIS e COFINS para zero para as empresas do setor de eventos e hotelaria. Para gozar deste benefício as empresas precisavam possuir CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas da Receita Federal do Brasil) específicos ou Cadastros (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos) regular. A partir de 01 de abril de 2025 tivemos o fim do benefício PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) para PIS e COFINS e adotamos a apuração pelo regime não cumulativo. **9. Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais saldos de ativos, passivos e resultado, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com partes relacionadas, profissionais – chave da administração e outras partes relacionadas decorrem de transações entre o Grupo e outras partes relacionadas. Os principais saldos e valores de transações estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	260.833	151.903	–	–
Empréstimo controladas	1.621	1.148	–	–
Contas a receber com os Administradores (i)	–	246	–	246
Saldos a receber com partes relacionadas (ii)	37.816	3.422	4.581	4.605
<b>Passivo</b>				
Empréstimo controladas	(6.298)	–	–	–
Saldos a pagar com partes relacionadas (ii)	(241.139)	(106.062)	–	–
	<b>52.833</b>	<b>50.657</b>	<b>4.581</b>	<b>4.851</b>
Classificados como:				
Ativo não circulante	300.270	156.719	4.581	4.851
Passivo não circulante	(247.437)	(106.062)	–	–
	<b>52.833</b>	<b>50.657</b>	<b>4.581</b>	<b>4.851</b>

(i) Saldo a receber do Administrador e sócio da Companhia que será liquidado por meio das futuras distribuição de dividendos. Não há incidência de juros; (ii) Refere-se a outros direitos e transações monetárias entre as controladas e coligadas, conforme necessidade de caixa com essência de caixa centralizado. Não há incidência de juros, tampouco vencimento determinado. Refere-se também ao *cost sharing* rateado a partir de janeiro de 2025. **9.1. Remuneração da administração:** A remuneração da Administração em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	5	24
Fixa	(1.200)	(1.200)
	(1.200)	(1.200)

**10. Investimentos: (a) Composição do saldo de investimentos e provisão para perdas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda. (antiga TBSB Restaurante Ltda.)	14.481	30.001	–	–
TBRP Restaurante Ltda.	39.081	43.395	–	–
BPRJ Restaurante Ltda.	11.708	10.518	–	–
BPPIA Restaurante Ltda.	28.730	26.421	–	–
Toca do Tatu Com. De Alim. e Ass. a Div. e Eventos Ltda.	–	4.733	–	–
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	(1.474)	(1.474)	–	–
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda. (antiga Giulietta Fogo & Vno Alim. e Belidas Ltda.)	(10.793)	10.441	–	–
Suzette Com. De Alimentos e Bebidas Ltda.	33.427	55.838	–	–
Camarama Camaró	202.734	–	–	–
TJA Beverage Company Ltda.	40	40	40	40
	<b>317.934</b>	<b>179.912</b>	<b>40</b>	<b>40</b>

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



A.Life Entertainment Group S.A												
Classificados como:	Controladora				Consolidado							
	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos	319.408		181.387		40		40					
Provisão para perdas em controladas	(1.474)		(1.474)		-		-					
<b>(b) Movimentação dos saldos: Em 31 de dezembro 2025:</b>												
	<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>Capital social</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita Originalmente exercida</b>	<b>Resultado de apresentação</b>	<b>Ajuste Efeito de equivalência patrimonial</b>	<b>Amortização Das Luvas (Nº 4.1)</b>	<b>Combinação de negócios</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda.	92.767	(78.285)	(37.075)	(14.482)	67.278	36.822	(15.520)	(6.821)	-	14.481	-	36.175
TBRP Restaurante Ltda.	87.882	(48.803)	(36.080)	(39.079)	75.866	43.637	(4.315)	(242)	-	39.080	-	(10.744)
BPRJ Restaurante Ltda.	29.602	(17.895)	(8.308)	(11.707)	25.253	12.337	1.192	(1.821)	-	11.708	-	(21.312)
BPIPA Restaurante Ltda.	64.675	(35.628)	(19.169)	(29.047)	48.649	27.747	2.310	(1.326)	-	28.730	-	469
Toca do Tatu Com. de Alim. e Ass. e Div. e Eventos Ltda.	-	-	-	-	2.894	4.732	(18)	-	-	-	-	3.777
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	677	(2.287)	(3.200)	1.610	-	(1.474)	-	-	-	(1.474)	-	16.968
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda.	163.153	(173.945)	(15.984)	10.792	131.652	11.876	(21.234)	(1.433)	-	10.793	-	2.879
Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda.	126.833	(148.986)	(18.610)	22.153	121.965	56.127	(22.412)	(288)	-	33.428	-	2.879
Camarada Camarão (i)	288.260	(188.469)	(19.181)	(99.791)	242.100	-	(2.884)	-	205.620	202.734	-	145.353
TJA Beverage Company Ltda.	-	-	120	120	-	40	-	-	-	40	-	12.164
<b>Total</b>	<b>853.849</b>	<b>(694.298)</b>	<b>(157.487)</b>	<b>(159.431)</b>	<b>715.657</b>	<b>191.844</b>	<b>(62.845)</b>	<b>(11.931)</b>	<b>205.620</b>	<b>317.934</b>	<b>317.934</b>	<b>175.632</b>
<b>(i) Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.2, as controladas foram incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro 2024:</b>												
	<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>Capital social</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita Originalmente exercida</b>	<b>Resultado de apresentação</b>	<b>Ajuste Efeito de equivalência patrimonial</b>	<b>Amortização Das Luvas (Nº 4.1)</b>	<b>Combinação de negócios</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda. (antiga TBSB Restaurante Ltda.)	37.075	(5.458)	(84)	31.617	31.617	(1.363)	-	(1.616)	-	(1.616)	-	4.32
TBRP Restaurante Ltda.	36.080	(84)	(84)	35.996	35.996	(158)	-	7.399	-	43.935	-	(15.997)
BPRJ Restaurante Ltda.	8.308	(1.511)	(860)	6.797	6.797	(308)	-	3.721	-	10.516	-	(432)
BPIPA Restaurante Ltda.	20.917	(860)	(860)	20.057	20.057	(466)	-	6.364	-	26.422	-	(16.826)
Toca do Tatu Com. de Alim. e Ass. e Div. e Eventos Ltda.	3.646	-	-	3.646	3.646	-	-	1.086	-	4.732	-	36.175
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	(1.474)	-	-	(1.474)	-	-	-	-	-	(1.434)	-	(12.671)
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda.	15.924	(1.006)	-	14.918	14.918	(429)	-	(4.477)	-	11.876	-	(897)
(antiga Giulietta Fogo & Vino Alim. e Bebidas Ltda.)	12.628	260	-	12.888	12.888	(548)	52.930	(9.980)	55.838	55.838	-	3.777
Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda. (ii)	40	-	-	40	40	-	-	-	-	40	-	17.046
TJA Beverage Company Ltda.	40	-	-	40	40	-	-	-	-	40	-	3.754
<b>Total</b>	<b>133.144</b>	<b>(8.659)</b>	<b>(8.659)</b>	<b>124.485</b>	<b>124.485</b>	<b>(3.272)</b>	<b>52.930</b>	<b>2.497</b>	<b>179.912</b>	<b>179.912</b>	<b>179.912</b>	<b>155.844</b>
<b>(ii) Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 2.1, as controladas foram incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 11. Composição de negócios: 11.1 Composição do preço de compra e ágio: Alinhado com o planejamento estratégico da Companhia em buscar boas oportunidades em 27 de fevereiro de 2024 o Grupo assinou contrato de compra e venda para aquisição de 100% das ações do Grupo Irajá. A compra envolveu a aquisição de cinco marcas: Irajá Redux, Boteco Rainha, Boteco Princesa, Bastarda e Taberna Rainha fortalecendo a missão da Companhia em proporcionar o melhor momento no dia das pessoas. A aquisição envolveu R\$ 10.000 (dez milhões de reais) pagos em duas parcelas, emissão de novas ações correspondentes 5% do seu capital social total no montante a valor justo de R\$ 37.559 (trinta e sete milhões e quinhentos e cinquenta e nove mil reais), também como parte da contraprestação foi envolvida uma participação societária a pagar no valor de R\$ 6.104 (seis milhões de reais e cento e quatro mil). Em 30 de maio de 2025 a Companhia adquiriu 60,78% das ações do Grupo Drumattos, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão &amp; Cia. A aquisição das marcas: Camarada Camarão e Camarão &amp; Cia ampliou a atuação do Grupo nos diferentes estados do Brasil, hoje presente em 20 estados. A Companhia desembolsou um montante de R\$ 206.369 (duzentos e seis milhões e trezentos e sessenta e nove mil) 100% pagos na assinatura do contrato. 11.1.1 Aquisição Irajá:</b>												
<b>Data da aquisição</b>	<b>27/02/2024</b>											
<b>Composição do preço de compra e ágio:</b>	<b>60% pago na data da assinatura</b>											
	6.000	Máquinas e equipamentos	10	57.946	(16.459)	41.487	32.168					
	4.000	Móveis e utensílios	10	54.276	(15.344)	38.932	15.832					
	37.559	Veículos	5	236	(107)	129	155					
	6.104	Computadores e periféricos	5	11.669	(5.951)	5.718	4.411					
	6.104	Benefitórias em imóveis de terceiros	10	232.996	(67.438)	165.558	112.221					
<b>Total do valor da aquisição</b>	<b>53.663</b>			<b>357.123</b>	<b>(105.300)</b>	<b>251.824</b>	<b>164.787</b>					
<b>Ágio gerado na aquisição (Incluso 34% de IR e CS diferido)</b>	<b>58.250</b>											
<b>11.1.2 Aquisição Camarada:</b>	<b>30/05/2025</b>											
<b>Composição do preço de compra e ágio:</b>	<b>100% pago na data da assinatura</b>											
	206.370	Máquinas e equipamentos	287	10	-	-	297					
	206.370	Móveis e utensílios	473	134	-	-	607					
	100.229	Computadores e periféricos	973	137	2	(1)	1.111					
	106.140	Benefitórias em imóveis de terceiros	874	333	(2)	(10)	1.195					
<b>Total do valor da aquisição</b>	<b>106.140</b>			<b>2.607</b>	<b>614</b>	<b>(11)</b>	<b>3.210</b>					
<b>Ágio gerado na aquisição</b>	<b>106.140</b>											
<b>Composição do caixa líquido na aquisição:</b>	<b>Contrapartida paga em caixa à vista</b>											
	206.369											
	(63.596)											
	(5.000)											
<b>Valor presente pago</b>	<b>137.773</b>											
<b>11.2 Valor justo dos ativos e passivos: 11.2.1 Aquisição Irajá:</b>	<b>27/02/2024</b>											
<b>Alocação dos ativos e passivos</b>	<b>Ativos</b>											
	159	Caixa e equivalentes										
	1.193	Outros ativos circulantes										
	51	Outros ativos não circulantes										
	16.968	Direito de uso										
	3.881	Imobilizado										
	19.335	Intangível										
	41.587											
	1.383	Passivos										
	8.336	Fornecedores										
	920	Salários e encargos a pagar										
	9.502	Empréstimos e financiamentos										
	4.014	Obrigações tributárias										
	2.651	Passivo de arrendamento										
	13.062	Outros passivos circulantes										
	6.336	Passivo de arrendamento										
	46.174	IR/CS diferido										
	(4.587)											
<b>Ativos e passivos líquidos a valor justo</b>	<b>11.2.2 Aquisição Camarada:</b>	<b>30/05/2025</b>										
<b>Alocação dos ativos e passivos 30/05/2025</b>	<b>Ativos</b>											
	63.596	Caixa e equivalentes										
	32.951	Contas a receber										
	12.738	Estoques										
	24.023	Tributos a recuperar CP										
	14.454	Outros ativos CP										
	484	Depósitos judiciais										
	781	Partes relacionadas										
	7.310	Tributos a recuperar LP										
	106.667	Imobilizado										
	72.317	Direito de uso										
	99.059	Intangível										
	434.380											
	14.728	Passivos										
	21.415	Fornecedores										
	7.850	Salários e encargos a pagar										
	15.750	Empréstimos e financiamentos CP										
	10.406	Obrigações tributárias CP										
	25.450	Passivo de arrendamento CP										
	23.312	Dividendos a pagar										
	30.631	Outros passivos CP										
	33.460	Empréstimos e financiamentos LP										
	12.162	Tributos sobre o lucro diferidos										
	51.596	Obrigações tributárias LP										
	7.861	Passivo de arrendamento LP										
	14.854	Contingências										
	164.905	Outros passivos LP										
<b>Ativos e passivos líquidos a valor justo (100%)</b>	<b>164.905</b>											
O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 19.335 referente as luvas e ao direito sobre as marcas: Irajá Redux, Boteco Rainha, Boteco Princesa, Bastarda e Taberna Rainha. Espera-se que essas marcas tragam benefícios econômicos ao Grupo por período limitado, por isso foi adotada uma expectativa de utilização da marca por um período de 14 anos. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 01 de março de 2024 inclui o valor de receitas gerado pelo Irajá de R\$ 63.586, também com um prejuízo de R\$ (10.760) no mesmo período. Se o grupo Irajá tivesse sido consolidado a partir de 01 de janeiro de 2024, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 479.166 e prejuízo pro forma de R\$ (30.597). O valor justo dos ativos intangíveis referente ao direito sobre as marcas: Camarada Camarão e Camarão & Cia representam um diferencial competitivo quando comparado aos players de mercado. Dessa forma, o valor justo desse ativo intangível foi determinado por meio da metodologia <i>relief from royalties</i> , considerando vida útil indefinida, em linha com a estratégia da Administração para utilização das marcas. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 01												

incluem uma opção de renovação do arrendamento após o término do prazo do contrato. A taxa de desconto a valor presente dos contratos é apurada para cada empresa do Grupo utilizando-se as taxas de risco de crédito do Grupo junto às grandes instituições financeiras de mercado, que seriam praticadas caso o Grupo tomasse empréstimos com vencimentos semelhantes aos prazos dos contratos de aluguel, incluindo a garantia de cada ativo. As movimentações dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

**Ativo**

Ativo	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.544</b>	<b>120.020</b>
Adições	-	36.175
Baixas	-	(10.744)
Amortização	(665)	(21.312)
Transferências	-	469
Remensuração	-	3.777
Combinação de negócios	-	16.968
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.879</b>	<b>145.353</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.879</b>	<b>145.353</b>
Adições	-	12.164
Baixas	(1.783)	(32.236)
Amortização	(298)	(31.323)
Transferências	-	82
Remensuração	89	9.275
Combinação de negócios	-	72.317
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>887</b>	<b>175.632</b>

**Passivo**

Passivo	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.384</b>	<b>128.411</b>
Juros	432	16.826
Pagamento de principal	(630)	(15.997)
Pagamento de juros	(432)	(16.826)
Adições	-	36.175
Baixas	-	(12.671)
Transferências	-	(897)
Remensuração	-	3.777
Combinação de negócios	-	17.046
<b>Saldo em 31 de dezembro de</b>		

continuação

**A.Life Entertainment Group S.A**

R\$74.012, com taxa de juros remuneratórios correspondentes a CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 5,00% a.a., com pagamento de juros mensais e principal e juros a partir de 15 de dezembro de 2025 e custo de transação de R\$ 4.012. (iv) Em abril de 2025 foi efetivada outra captação de um empréstimo com o montante de R\$ 35.000, com pagamentos de juros mensais, com taxa de 2,04% a.a. mais variação de 100% do CDI. As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	33.669	-	33.669
2026	15.470	18.799	26.445	18.799
2027	17.941	-	28.787	-
2028	16.970	-	27.071	-
2029	16.970	-	20.429	-
2030	2.828	-	2.828	-
	<b>70.179</b>	<b>74.024</b>	<b>105.560</b>	<b>74.024</b>

As movimentações dos empréstimos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	74.024	9.861	74.024	10.799
Captação	70.000	62.901	70.000	62.901
Combinação de negócios	-	-	38.481	920
Juros	15.811	12.757	19.500	13.004
Resultado – "swap" de taxa de juros	1.747	(7.093)	1.747	(7.160)
Pagamento de principal	(73.043)	(3.664)	(76.613)	(5.675)
Pagamento de juros	(18.360)	(738)	(21.579)	(765)
Saldo final	<b>70.179</b>	<b>74.024</b>	<b>105.560</b>	<b>74.024</b>

**Cláusulas restritivas contratuais ("Covenants") e Garantias:** Os contratos do Grupo possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que o Grupo pague os empréstimos antes da data indicada na tabela acima. As cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. A companhia ainda possui *covenants* relacionados a indicadores não financeiros conforme cada contrato. **CRÍ** Para o exercício findo em 30 de setembro de 2025 o Grupo atendeu aos índices exigidos. O contrato possui cláusulas restritivas que podem impactar o vencimento antecipado, sendo as principais para o exercício social de 2025, incluindo as informações trimestrais dos períodos encerrados em 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, deverão ser observados os seguintes Índices Financeiros:

Descrição da cláusula restritiva	Base de cálculo	Índice requerido
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	Demonstrações/Informações Financeiras Consolidadas	≤ 2,0x até 31/12/2025
Dívida Líquida Ajustada	Demonstrações/Informações Financeiras Isoladas*	≤ 90M até 31/12/2025
Dívida Líquida Ajustada	Demonstrações/Informações Financeiras Consolidadas	≤ 140M até 31/12/2025
CapEx	Demonstrações/Informações Financeiras Isoladas*	≤ 50% x (EBITDA Ajustado + Captação Líquida de Equity)

\* Demonstrações/Informações Financeiras Isoladas: significa as demonstrações financeiras anuais e as informações financeiras trimestrais da Devedora sem a consolidação com as demonstrações financeiras anuais e as informações financeiras trimestrais da SDM. Em complemento aos *covenants* acima, os contratos de dívida da Companhia incluem obrigações usuais, tais como a necessidade de obtenção prévia de *waiver* para reorganizações societárias que envolvam alteração de controle; proibição de descumprimento da legislação anticorrupção e socioambiental; e obrigação de manutenção de licenças de operação. **SWAP:** O contrato possui cláusulas restritivas que podem impactar o vencimento antecipado no caso do não cumprimento dos compromissos neles assumidos, verificáveis anualmente, sendo o principal o índice de dívida líquida sobre EBITDA ajustado (resultado antes do IRPJ e CSLL, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários) precisa ser menor ou igual a 2,0 vezes em 2023, 1,5 vezes em 2024 e 2025. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pelas controladas da Companhia, nos termos contratados. Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os recebíveis do cartão de crédito.

**16. Salários e encargos sociais a pagar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para férias	935	841	21.888	11.130
Salário e pró-labore	4	-	5.038	3
Provisão para bônus a pagar	-	-	1.257	368
INSS a recolher	1.067	186	30.506	14.809
FGTS a recolher	73	54	1.722	883
IRRF a recolher	90	41	768	516
Outras verbas a pagar	-	-	2.056	1.965
	<b>2.169</b>	<b>1.122</b>	<b>63.235</b>	<b>29.674</b>

**17. Obrigações tributárias:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recolher	53	-	13.396	3.715
ICMS a recolher	-	-	6.331	3.779
Impostos retidos a recolher	136	129	2.073	263
ISS a recolher	2	5	50	137
Parcelamento de impostos (i)	202	234	14.732	2.012
	<b>393</b>	<b>368</b>	<b>36.582</b>	<b>9.906</b>
Circulante	393	368	25.681	8.016
Não circulante	-	-	10.901	1.890

(i) Refere-se ao parcelamento dos tributos federais PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e tributos estaduais ICMS, atualizados pela SELIC, cujo prazo de vencimento é até 2028, substancialmente o valor é referente a combinação de negócios com o Camarã de R\$ 14.259. **18. Outros passivos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	1.078	-	2.878	126
Aluguéis a pagar	-	-	4.026	-
Sentenças a pagar	241	241	2.636	571
Mútuo com shopping	-	-	2.136	-
Fundo de propaganda	-	-	4.324	-
Obrigações com locatários (i)	-	-	20.143	-
Receita diferida	-	-	194	639
Outras contas a pagar (ii)	6.099	6.324	7.054	6.582
	<b>7.418</b>	<b>6.565</b>	<b>43.391</b>	<b>7.918</b>
Circulante	7.418	6.565	27.676	7.918
Não circulante	-	-	15.715	-

(i) Refere-se substancialmente a valores recebidos pelos locatários pela abertura de restaurante em determinado local ou empreendimento. Essa receita é reconhecida ao longo do tempo do contrato de locação. (ii) Reconhecido o montante de R\$ 5.000 mil a pagar ao antigo acionista, pertinente a aquisição do Grupo Drumattos, controlador das redes Camarã de Camarã e Camarã & Cia (Nº 11). **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 157.855 dividido em 69.635.402 (sessenta e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco, quatrocentos e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias estão representadas por:

Acionistas	Participação (%)	Quantidade de ações	Valor
A.Life Partners S.A.	57,34%	39.930.562	90.514
Strelitzia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	38,70%	26.946.399	61.089
Irajá Controle Ltda.	3,91%	2.726.641	6.157
Ações em Tesouraria	0,05%	30.800	95
	<b>100,00%</b>	<b>69.634.402</b>	<b>157.855</b>

(b) **Reserva legal:** Conforme o estatuto social da Companhia, uma parcela correspondente a 5% do lucro líquido do exercício será aplicada, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. (c) **Lucro por ações (básico e diluído):** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Os cálculos dos lucros por ações estão divulgados a seguir:

Em milhares	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Média de ações ordinárias	52.938.190	52.938.190
(-) Ações em tesouraria	(31.800)	(31.800)
Média de ações ordinárias em circulação	<b>52.906.390</b>	<b>52.906.390</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(71.850)	(31.583)
Lucro básico por ações (em Reais)	(1,03)	(0,60)

A Companhia não possui instrumentos patrimoniais que possam causar potencial de diluição, consequentemente, o lucro básico corresponde também ao lucro diluído por ação. **20. Receita líquida:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	778.115	481.735
(-) Impostos sobre vendas (i)	(62.457)	(15.204)
Receita líquida	<b>715.658</b>	<b>466.531</b>

(i) Em 18 de março de 2022 foi aprovado o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos

(PERSE), que reduziu a alíquota de PIS e COFINS para zero para as empresas do setor de eventos e hotelaria. Para gozar deste benefício as empresas precisavam possuir CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas da Receita Federal do Brasil) específicos ou Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos) regular. A Companhia passou a ter a integralidade de seus controladas nesta situação em agosto de 2022. A partir de 01 de abril de 2025 tivemos o fim do benefício PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) para PIS e COFINS e adotamos a apuração pelo regime não cumulativo. **21. Custos e despesas por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com alimentos e bebidas	-	-	(226.617)	(138.758)
Folha de pagamento e benefícios	(11.478)	(10.139)	(236.275)	(133.330)
Bônus	(925)	(433)	(10.055)	(9.930)
Remuneração da administração	(1.200)	(1.200)	(1.200)	(1.200)
Gastos de ocupação	(1.649)	(141)	(59.040)	(41.203)
Recuperação no rateio de despesas	36.584	-	-	-
Serviços de terceiros	(21.029)	(13.901)	(43.291)	(27.493)
Gastos com manutenções	(369)	(309)	(22.320)	(18.986)
Comissões com cartões e aplicativos de delivery	-	-	(19.703)	(9.024)
Bens de pequenos valores	(42)	(37)	(2.200)	(5.029)
Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação duvidosa PECLD	-	-	(155)	(176)
Amortização – ativo de direito uso	(298)	(665)	(31.323)	(21.312)
	<b>5.219</b>	<b>(28.418)</b>	<b>(746.661)</b>	<b>(472.913)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação de ativo imobilizado	(434)	(325)	(53.164)	(26.362)
Amortização de ativo intangível	(1.331)	(1.109)	(4.571)	(4.381)
Impairment	-	-	-	(508)
Contingências	771	(628)	(897)	(5.060)
Propaganda e publicidade	(64)	(360)	(6.307)	(2.994)
Atrações e shows	(15)	(12)	(19.811)	(16.227)
Promoters	(9)	(2)	(2.621)	(4.306)
Assessoria de imprensa	-	(2)	-	(356)
Perda na venda e/ou baixa de ativos fixos	-	-	(293)	-
Vendas de ativos fixos e pontos comerciais	2.440	-	3.671	-
Outras receitas e despesas	4.267	855	(10.489)	(6.278)
	<b>5.219</b>	<b>(28.418)</b>	<b>(746.661)</b>	<b>(472.913)</b>

**Classificados como:**  
Custo dos produtos e serviços vendidos - (229.732) (141.928)  
Despesas comerciais (88) (375) (258.705) (154.334)  
Despesas gerais e administrativas (1.988) (29.680) (263.838) (179.014)  
Outras receitas e despesas, líquidas 7.295 1.637 5.614 2.363

**22. Resultado financeiro, líquido**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	6.812	208	9.056	209
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	197	168	215
Juros ativos	-	7.093	-	7.159
Resultado – "swap" de taxa de juros	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	-	-	696	-
	<b>6.812</b>	<b>7.498</b>	<b>9.920</b>	<b>7.583</b>
Despesas financeiras	(144)	(280)	(6.058)	(1.156)
Juros passivos	(1.747)	-	(1.747)	-
Resultado – "swap" de taxa de juros	(3.644)	(68)	(3.963)	(359)
Despesas bancárias	(15.811)	(12.757)	(19.500)	(13.004)
Juros sobre empréstimos	389	(432)	(18.321)	(16.826)
Juros – passivo de arrendamento	(78)	-	(2.192)	(1.256)
Outras despesas financeiras	(21.035)	(13.537)	(51.781)	(32.601)
	<b>(14.223)</b>	<b>(6.039)</b>	<b>(41.861)</b>	<b>(25.018)</b>

**23. IRPJ e CSLL:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro ou prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(71.849)	(31.960)	(72.865)	(31.400)
Alíquota – 34%	24.429	10.866	24.774	10.676
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	(21.367)	1.961	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais (i)	(3.061)	(12.450)	(25.592)	(10.702)
IRPJ e CSLL	-	377	(818)	(26)
Alíquota efetiva	0%	(1)%	1%	0%

(i) A Controladora adota o sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários, em virtude de não ser provável, neste momento, a geração de lucros tributáveis futuros. **24. Provisões para demandas judiciais:** Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos cujo risco de perda classificado por seus assessores jurídicos como provável e são referentes a ações judiciais trabalhistas, essas ações são majoritariamente com relação a pedido de vínculo trabalhista de terceiros que trabalharam nos bares e interpretações sobre verbas trabalhistas, como insalubridade, horas extras, entre outras. A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2025 foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo 31 de dezembro de 2023	-	-	-	1.648
Adições	-	-	-	59
Reversões	-	-	-	(286)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	1.421
Adições	-	-	-	102
Reversões	-	-	-	(600)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-	(923)

**Saldo 31 de dezembro 2023**  
Adições - 2.311  
Pagamentos - 3.642  
Reversões - (203)  
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - 5.320  
Adições - 6.972  
Pagamentos - (3.592)  
Reversões - (5.138)  
Combinação de negócios - 1.051  
Saldo em 31 de dezembro de 2025 - 4.613

**Saldo 31 de dezembro 2024**  
Adições - 124  
Pagamentos - (4)  
Reversões - (109)  
Combinação de negócios - 13  
Saldo em 31 de dezembro de 2025 - 120

**Ações judiciais com probabilidade de perda possível:** A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, calcula as contingências com risco de perda classificadas como possíveis da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	4.058	465
Tributárias	857	-
Cível	23	1.303
	<b>4.938</b>	<b>1.768</b>

**25. Instrumentos financeiros:** O Grupo mantém operações com certos instrumentos financeiros. Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos e quaisquer outros ativos de risco. Exceto pelo "swap" contratado e descrito na nota explicativa nº 15, o Grupo não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. (a) **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma para definir limites e controles de riscos apropriados ao seu tamanho e para monitorar os riscos e aderência aos limites. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações, sendo todas as decisões relacionadas aos instrumentos financeiros revisadas e aprovadas pelo controlador do Grupo. O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de taxa de juros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surjam principalmente das contas a receber de clientes e caixa e equivalente de caixa. O risco de crédito do caixa a receber está relacionado somente a operações com terceiros, principalmente por recebíveis de cartão de crédito e no caso do caixa e equivalente de caixa ele é baixo pelo fato de representarem depósitos em conta corrente e aplicações financeiras em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	16.977	73	65.920	10.844
Contas a receber de clientes	25	25	29.916	20

continuação

**A.Life Entertainment Group S.A**  
A Diretoria

Diretor: Pedro Henrique Cristoforo da Silveira      Contador: Gabriel Silva Pereira - CRC (1SP320189)

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **A.Life Entertainment Group S.A.**, São Paulo – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **A.Life Entertainment Group S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase Representação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.1 – Representação de valores referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, que descreve os ajustes efetuados pela Companhia devido a mudança de política contábil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apresentadas para fins de comparação foram ajustadas e estão sendo representadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Auditamos e concordamos com os ajustes efetuados. Nossa opinião não contém modificação a esse respeito. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Combinação de negócios – Aquisição do Grupo Drumatts Camarada Camarão e Camarão & Cia.** Conforme descrito na Nota Explicativa no 11 - “Combinação de Negócios”, a Companhia adquiriu o controle acionário do Grupo Drumatts, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia., durante o exercício de 2025. O tema Combinação de Negócios foi considerado o principal assunto de auditoria devido a relevância da aquisição, complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu reconhecimento contábil, o qual considera os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, tais como: **a)** alocação do preço de aquisição; **b)** harmonização das práticas contábeis da Companhia adquirida com aquelas adotadas pela Companhia; **c)** determinação dos valores justos dos ativos assumidos e passivos adquiridos; **d)** determinação do ágio pago na aquisição; e **e)** tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição da participação. A determinação da data de aquisição do controle e, especialmente, a alocação do preço de compra aos ativos e passivos identificados e a apuração do ágio, envolveram o uso de especialistas internos e externos pela administração e o exercício de julgamentos e consideração de estimativas relevantes, tais como o valor dos pontos comerciais, valor justo da marca, dentre outras. Tais estimativas para serem realizadas necessitam de dados e premissas subjetivas, como por exemplo, taxa de desconto, fluxos de caixa descontados estimados, probabilidade de perdas classificadas entre possíveis e remotas, dentre outras, o que aumenta a os riscos de mensuração e alocação do preço de compra. Como resultado da avaliação e todo o processo de reconhecimento dos impactos contábeis, a Companhia apurou e contabilizou um ágio no valor de R\$ 106.140 mil. O processo de determinação das estimativas envolve complexidade, julgamento e incerteza e, eventuais alterações nas premissas utilizadas no referido cálculo podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram: **a.** Procedimentos de auditoria nos saldos iniciais da entidade adquirida; **b.** Efetuamos leitura do contrato de compra e venda da entidade adquirida; **c.** Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios; **d.** Obtivemos o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos na execução dos seguintes principais procedimentos de auditoria: • Comparação das premissas relevantes com o plano de negócios elaborado pela administração; • Avaliação da razoabilidade das premissas relevantes, incluindo comparações com estimativas publicadas por fontes de mercado independentes (benchmarks); • Discussão dos critérios utilizados pela administração e seus consultores para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação; • Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)** : As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 18 de março de 2026.

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 SP 013846/0-1

**Henrique Herbel de Melo Campos**  
Contador CRC 1 SP 181015/0-3



# Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

## DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

